

Resposta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT) e da Secretaria de Mudança do Clima (SMC) a ((o))eco sobre o investimento na agricultura familiar em territórios tradicionais e seus impactos ambientais e climáticos

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT) e da Secretaria de Mudança do Clima (SMC), avalia como positivos os resultados das ações de fomento à produção sustentável nos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, que contribuem para o enfrentamento aos impactos da mudança do clima.

Entre os exemplos de política pública implementada está o Programa Bolsa Verde, que prevê o pagamento de R\$ 600 trimestralmente para mais de 70 mil famílias, que se comprometem a cuidar do território onde vivem, usando os recursos naturais de forma sustentável e conservando a floresta, além de contribuir no monitoramento e na proteção destes territórios. Parte dessas famílias recebem o serviço de assistência técnica e extensão rural socioambiental, voltado à conservação ambiental e à inclusão socioproductiva. O projeto criado em 2011 foi extinto em 2016 e reativado pelo Governo do Brasil em 2023.

Há ainda o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil), com 175 ações e indicadores de monitoramento que serão usados para nortear os esforços do Governo do Brasil na prevenção e combate à desertificação e na recuperação de terras degradadas em todos os biomas até 2045.

Destacam-se, por fim, estratégias temáticas dentro do Plano Clima Adaptação: o Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais (PTPCT), os Planos Setoriais de Agricultura Familiar (PSAF) e de Segurança Alimentar e Nutricional (PSSAN). As ações visam ampliar a capacidade adaptativa de Povos e Comunidades Tradicionais considerando a necessidade de recuperar e restaurar territórios para fortalecer a produção tradicional; apoiar economias tradicionais e a sociobioeconomia adaptativa; garantir proteção e resposta rápida a emergências climáticas; implementar tecnologias sociais adaptativas e assistência técnica diferenciada; reduzir desigualdades estruturais — especialmente de gênero; e integrar agricultura familiar e povos tradicionais em políticas fundiárias, territoriais, de educação e infraestrutura.

O MMA entende que o investimento em adaptação é fundamental para garantir que as práticas tradicionais de produção de alimentos continuem sustentando as populações que delas dependem. A mudança do clima tem alterado ciclos de chuva, aumentado a ocorrência

de eventos extremos e modificado a disponibilidade de recursos naturais — todos elementos diretamente ligados ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais (PCT). Sem apoio adequado, esses impactos podem comprometer técnicas ancestrais de cultivo, manejo de territórios e obtenção de alimentos, aumentando a vulnerabilidade dessas populações.

Investir na adaptação significa, portanto, fortalecer a capacidade dessas populações de enfrentar tais transformações sem perder a autonomia, os saberes tradicionais e a segurança alimentar. Isso inclui ampliar o acesso à terra e a tecnologias sociais, promover a recuperação e proteção de territórios, garantir assistência técnica diferenciada e apoiar práticas agroecológicas que já se mostraram mais resilientes ao clima. Além disso, a adaptação valoriza o conhecimento tradicional como parte da solução climática, reconhecendo que essas comunidades manejam seus ambientes de forma sustentável há gerações. Garantir recursos continuados para adaptação não só protege os modos de vida tradicionais, como também contribui para sistemas alimentares mais diversos, resilientes e alinhados com a conservação ambiental.